


Ata da 28ª Reunião do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás.

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, com início às nove horas, realizou-se a vigésima oitava reunião oficial do Fórum Permanente de Assuntos Relacionados ao Setor Energético do Estado de Goiás. Devido à pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) o encontro ocorreu de forma remota por meio do aplicativo *Zoom*. A reunião foi promovida pelo dirigente do Fórum e presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Virmondes Cruvinel, com a participação e coordenação de pauta da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) - ABRAPCH. O deputado Virmondes iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, ainda que de forma virtual, enfatizando a necessidade de dar sequência às atividades do Fórum, mesmo neste momento de distanciamento social, mantendo aberto o debate e a busca de soluções para o setor energético em Goiás. Ao anunciar o tema da reunião - fonte hídrica como fonte propulsora de sistemas híbridos de geração de energia -, destacou o objetivo do encontro de evidenciar as oportunidades das fontes renováveis de geração de energia, como também de apresentar questões que dificultam a viabilização destas e que entravam o desenvolvimento de políticas de fomento ao empreendedorismo das energias renováveis no estado. Nesse sentido, foram convidados os seguintes expositores: Sevan Naves, José Bento da Rocha, Paulo Henrique Magalhães e Tassiany Oliveira, representantes, respectivamente, da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) – ABRAPCH, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação – SEDI e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás – Sebrae/GO. Sevan Naves foi o anfitrião da reunião e o primeiro a discorrer sobre o tema. O representante da ABRAPCH disse que é importante apresentar as questões que dificultam a viabilização de cada projeto. Conforme ele, já melhoramos consideravelmente, mas ainda temos muito a fazer para que a sociedade tenha uma energia de qualidade com modicidade tarifária e, principalmente, com uma menor poluição possível. “Nós, em Goiás, detemos uma potencialidade fantástica sobre hidrelétricas. Temos mais de 90 CGHs desativadas que queremos reativar e estamos lutando pela implantação de outras 30 novas PCHs, que gerariam, além de energia, empregos”, apontou. Sevan comentou ainda que a energia hidráulica não deveria ser vista como concorrente de nenhuma outra fonte de geração de energia elétrica, mas sim como uma das diversas opções benéficas à geração de energia, inclusive como complementar em um sistema híbrido. De acordo com ele, com relação à geração de energia, a maior preocupação a ser avaliada no momento não deveria ser a do alagamento, típico da energia hídrica, e sim, a do impacto negativo da poluição, gerado comumente pela energia fóssil. “O que temos que fazer é inverter, nessa questão, o uso da energia térmica poluente.

Para isso, nossa preocupação maior é vencer as dificuldades inerentes às energias renováveis, principalmente em relação ao licenciamento ambiental”. O Subsecretário de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, José Bento da Rocha, segundo expositor do dia, informou que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD tem trabalhado na mudança de mentalidade e de tecnologia com a implementação do licenciamento eletrônico na busca de um processo menos subjetivo, mais célere e eficaz. Com relação às PCHs e CGHs, destacou a preocupação com os efeitos decorrentes da supressão de vegetação, sobretudo, devido ao seu direto impacto na fauna, suscitando assim, a necessidade de um bom conhecimento sobre a amplitude e a área a ser afetada para a elaboração adequada das ações de gestão ambiental. Comunicou ainda, que com relação ao impacto, a SEMAD, após discussões e análises, acabou classificando como de alto impacto somente os projetos que envolvem a necessidade de remoção de pessoas. Já Paulo Henrique Magalhães, superintendente de Políticas para Cidades e Infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, destacou que Goiás está em uma excelente colocação no desenvolvimento de projetos de energias renováveis, especialmente quando avaliado de forma per capita, levando em consideração a população estadual. Para ele, no âmbito da fotovoltaica, grande parte das problemáticas com relação ao licenciamento e ao financiamento já foi resolvida. “Temos linhas de fomento para o setor e estamos aprofundando cada vez mais nestas políticas que, a meu ver, são de suma importância, pois além de melhorar a produção energética, também geram inúmeros empregos”. Salientou ainda que uma força conjunta para destravar o setor energético em Goiás colaboraria de forma significativa na retomada da economia, tão afetada pela pandemia. O uso do solo foi abordado pelo superintendente como um entrave a ser resolvido em alguns municípios. Segundo ele, a questão não é bem se o uso do solo é ou não é necessário, mas sim, a necessidade de se ter um prazo máximo razoável na disponibilização do uso do solo pelas secretarias municipais. A última expositora do encontro, Tassiany Oliveira, representante do Sebrae Goiás, destacou, como os demais participantes, que o segmento de energia, em conjunto com outros setores, é importante para que se possa trabalhar a retomada do crescimento econômico. Tassiany aproveitou para reforçar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Sebrae na área de energia renovável, buscando contribuir e fortalecer a pauta. Nas considerações finais, o deputado Virmondes Cruvinel, como encaminhamento, propôs a formação de um grupo de trabalho para debater e desenvolver, juntamente com a SEDI, ações a serem implementadas na área. Recomendou também que a próxima reunião do Fórum aconteça ainda no mês de julho com a parceria da Associação Brasileira de Geração Distribuída - ABGD. Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás.



Dep. Estadual Virmondes Cruvinel

Presidente da CME